

Educar com gente ou com cimento?

Marcio Moreira Alves *

Nove de cada 10 brasileiros acham que a má qualidade da educação está entre os três maiores problemas do país. Até os empresários, sempre mais dispostos a olhar cifras do que pessoas, já a colocam no topo das suas preocupações. Alguns até tratam de fazer por si o que desesperaram de ver feito pelo Estado.

A percepção dessa urgência educacional levou o governador Brizola a construir os Cieps durante o seu primeiro mandato e foi decisiva para que obtivesse o segundo. No entanto, não houve no Rio de Janeiro uma avaliação crítica do programa social, ou pedagógica, que justificasse a sua extensão a todo o país, através dos Ciacs. A evasão escolar, por exemplo, é surpreendentemente parecida nos Cieps e nas escolas de tempo parcial. Razão: manter os filhos na escola a partir de nove ou 10 anos de idade é caro para os pobres. Vendendo coisas na rua a criança pode ganhar um salário mínimo ou mais, o que pesa muito no orçamento de uma família pobre e pouco no de uma de classe média.

Consequência: a sofreguidão do governo Collor em lançar-se na construção de Ciacs parece a muitos ou uma jogada de marketing ou um negócio de empreiteiras. Tudo, menos

um projeto educacional sério. A descoberta da negociata de 18 bilhões com uma empresa do Paraná, por coincidência o estado do ministro Alcení Guerra, consolidou ainda mais essa impressão.

Projeto educacional sério é o que está em andamento em São Paulo, coordenado pelo secretário de Educação, Fernando Moraes.

A seriedade está, para começar, na montagem do programa. Criou-se um *Núcleo de Gestão Estratégica*, composto por 100 educadores de vários partidos, profissionais independentes, empresários e até donos de alguns dos melhores colégios privados, que examinou o problema durante três meses juntamente com os técnicos da Secretaria e fez recomendações.

O retrato físico inicial: dois milhões de alunos, 70 mil salas de aula. Aparentemente, essa é uma situação européia de 28 alunos por classe, com as escolas funcionando em três turnos. Só que a falta de planejamento, o eleitoralismo e as migrações dos últimos anos provocaram um déficit de 13 mil salas, ao mesmo tempo em que existem seis mil salas ociosas no interior. Essa situação, aliás, é comum no país inteiro, segundo os estudos coordenados por Divonizir Gusso, do Ipea, e apresentados ao Fórum Nacional.

O governador Fleury, como Helio Garcia e Antonio Carlos Magalhães,

até aceitou Ciacs, mas com a condição de poder escolher as suas localizações e os seus projetos pedagógicos, segundo os critérios técnicos da secretaria da Educação.

Na Grande São Paulo há um milhão e 800 mil crianças estudando em escolas estaduais e municipais com quatro, cinco e seis turnos. Quinze ou 20 escolas têm sete turnos diários, o que dá hora e meia por dia para cada criança! Nas escolas mais congestionadas, a carga horária anual é de menos de 400 horas, quando no papel ela é de 720. Objetivo da reforma: chegar ao fim do governo com todas as escolas funcionando em três turnos, sendo que os diurnos terão mil horas de aulas por ano e os noturnos 875. Pouco, em comparação com as quase duas mil horas que uma criança japonesa ou coreana passa na escola, mas quase tanto quanto na Europa.

Como chegar a isso? Gradativamente e cuidando primeiro dos professores. Este ano serão escolhidas 300 "Escolas Padrão", onde se exigirá dedicação exclusiva do professorado, mediante gratificação de 30%. Mais mil escolas entrarão no sistema ano que vem. Outras gratificações: passar de 10 para 30% a dos que trabalham em cursos noturnos; 20% para os professores de regiões de risco, de difícil acesso ou rurais; 40% para diretores de escolas grandes, com mais de mil alunos, 30 para os das médias e 20 para os das peque-

nas. Pretende-se, com isso, premiar o trabalho diferenciado. Futuramente, a remuneração será por desempenho. Uma decisão definitiva já foi tomada — a de não manter a política salarial atual, que resulta em um salário miserável tanto para os bons e dinâmicos, como para os professores incompetentes e apáticos.

O treinamento dos professores será feito de duas maneiras diferentes: diretamente, através de 15 centros de formação, sendo um, muito grande, na capital, e 14 no interior. Em convênio com as três universidades estaduais esses centros terão cursos regulares e permanentes. Por Têvê, indiretamente. São Paulo obteve do governo Federal a promessa de um sistema próprio de televisão por satélite, para transmitir para as escolas programas de apoio pedagógico.

Fernando Moraes acha que a reforma deve começar nas escolas, não no seu gabinete. Respeitados os controles de qualidade que constarão de um contrato de gestão a ser assinado com a Secretaria, cada escola terá autonomia administrativa e pedagógica, inclusive com uma Caixa de Custeio para as despesas do dia-a-dia. Essa autonomia aumentará a importância dos conselhos de escola, tornando decisiva a participação dos pais na garantia da qualidade de ensino, como ocorre nos Estados Unidos

"Escolas Padrão" é uma mera expressão, porque de padronizadas não terão nada. Cada uma, nova ou reformada, terá a sua cara, adaptada à sua região, ao seu clima e à sua cultura. Ou seja: o inverso dos Cieps e Ciacs, iguais no frio ou no calor, em Nova Iguaçu ou em Friburgo, na Amazônia ou na serra gaúcha.

Consta da reforma paulista uma meta que até hoje governo algum alcançou: fazer com que os professores desviados de função, cedidos a estatais, gabinetes e ministérios, voltem a dar aulas. Quem viver, verá. E, para evitar que muitos fiquem cuidando de trabalhos de secretaria, será criado um quadro administrativo de apoio escolar. Por outro lado, as escolas técnicas, industriais e agrícolas, serão repassadas para a Secretaria de Ciência e Tecnologia, que já é responsável pelas universidades.

Finalmente, o dinheiro. São Paulo gasta 2,6 bilhões de dólares por ano no sistema escolar. Tratará de gastar melhor. E conseguiu um empréstimo de 245 milhões de dólares no Banco Mundial para a reforma.

Em resumo: os paulistas têm, há um século, um projeto de desenvolvimento onde a educação joga um papel fundamental. Estão seguindo com ele. Se continuarem a serem competentes aumentará a distância entre o estado e o resto do Brasil.